

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 500,00	500,00
		1 500,00	500,00
Activo corrente			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	8.1	600,00	600,00
Diferimentos	8.2	366,87	405,84
Outros ativos correntes	8.7	599,51	27,00
Caixa e depósitos bancários	8.3	14 381,12	11 199,78
		15 947,50	12 232,62
Total do ativo		17 447,50	12 732,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	8.4	257,20	-1 723,81
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	8.4	1 500,00	500,00
		1 757,20	-1 223,81
Resultado líquido do período		3 708,68	1 981,01
Total dos fundos patrimoniais		5 465,88	757,20
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	8.5	1 026,06	665,68
Diferimentos	8.2	160,00	335,00
Outros passivos correntes	8.6	10 795,56	10 974,74
		11 981,62	11 975,42
Total do passivo		11 981,62	11 975,42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		17 447,50	12 732,62

A Direção

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	5	8 895,00	10 576,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8.8	11 200,97	3 265,55
Fornecimentos e serviços externos	8.9	-15 407,50	-11 827,40
Outros rendimentos	8.10	0,00	63,00
Outros gastos	8.11	-979,79	-96,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 708,68	1 981,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 708,68	1 981,01
Resultados antes de impostos		3 708,68	1 981,01
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		3 708,68	1 981,01

A Direção

O Contabilista Certificado

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Intervenção em Animais Ajuda Social	PERÍODOS	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados		20 095,97	20 095,97	13 841,55
Resultado Bruto		20 095,97	20 095,97	13 841,55
Outros Rendimentos		0,00	0,00	63,00
Gastos de distribuição		-2 336,71	-2 336,71	-1 133,62
Gastos administrativos		-350,85	-350,85	-255,68
Outros Gastos		-13 699,73	-13 699,73	-10 534,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 708,68	3 708,68	1 981,01
Resultado antes de impostos		3 708,68	3 708,68	1 981,01
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		3 708,68	3 708,68	1 981,01

A Direção

O Contabilista Certificado

ASSOC. PORT. P/ INTERV. C/ ANIMAIS DE AJUDA SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		8 720,00	1 134,00
Pagamentos a fornecedores		-8 474,91	-12 049,63
Caixa gerada pelas operações		245,09	-10 915,63
Outros recebimentos/pagamentos		-4 952,94	10 838,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-4 707,85	-77,62
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		7 889,19	2 043,60
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		7 889,19	2 043,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 181,34	1 965,98
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 199,78	9 148,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		14 381,12	11 199,78

A Direção

O Contabilista Certificado

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A
INTERVENÇÃO COM ANIMAIS DE
AJUDA SOCIAL - ÂNIMAS**

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Rédito	9
6	Benefícios dos empregados	9
7	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	9
8	Outras Informações	9
8.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	9
8.2	Diferimentos	10
8.3	Caixa e Depósitos Bancários	10
8.4	Fundos Patrimoniais	10
8.5	Fornecedores	10
8.6	Outros Passivos Correntes	10
8.7	Outros Ativos Correntes.....	11
8.8	Subsídios, doações e legados à exploração	11
8.9	Fornecimentos e serviços externos	11
8.10	Outros rendimentos.....	11
8.11	Outros gastos	12
8.12	Acontecimentos após data de Balanço.....	12

1 Identificação da Entidade

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A INTERVENÇÃO COM ANIMAIS DE AJUDA SOCIAL - ÂNIMAS é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº 65 de 17 de Março de 2004.

Tem sede na Avenida Sidónio Pais nº 392, R/C Drt no concelho do Porto.

Visa promover por todos os meios ao seu alcance, em cooperação com entidades públicas ou privadas, o apoio, integração social, comunitária, cultural, e profissional de pessoas com deficiência e/ou incapacidade física ou psíquica com a utilização e ajuda de cães de assistência, com vista à sua maior independência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

3.2.2 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos TangíveisOutros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018 foi desenvolvida de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Outros Activos Fixos Tangíveis	500,00	1 000,00			1 500,00
Activo Tangível Bruto	500,00	1 000,00	0,00	0,00	1 500,00
Depreciações Acumuladas					
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este ano a instituição recebeu um cão para o desenvolvimento da sua atividade. O cão é capaz de desempenhar as funções, para as quais foi treinado, durante 11 ou 12 anos não “perdendo valor” durante esse período. *

5 R dito

Para os per odos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prest�ao de Servi�os		
Quotiza�es e J�ias	1 115,00	690,00
Outros	7 780,00	9 886,00
Total	8 895,00	10 576,00

6 Benef cios dos empregados

A institui o n o tem funcion rios, a Dire o e alguns Associados encontram-se ao servi o da institui o no regime de voluntariado.

7 Divulga es exigidas por outros diplomas legais

A Entidade n o apresenta d vidas ao Estado em situa o de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.  do C digo Contributivo, publicado pela Lei n.  110/2009, de 16 de setembro, a Dire o informa que a situa o da Entidade perante a Seguran a Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

8 Outras Informa es

De forma a uma melhor compreens o das restantes demonstra es financeiras, s o divulgadas as seguintes informa es:

8.1 Fundadores/benem ritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descri�o	2018	2017
Activo		
Quotas	600,00	600,00
Total	600,00	600,00

8.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguro	366,87	405,84
Total	366,87	405,84
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	160,00	335,00
Total	160,00	335,00

8.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 162,11	975,72
Depósitos à Ordem	13 219,01	10 224,06
Total	14 381,12	11 199,78

8.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	-1 723,81	1 981,01		257,20
Doações *	500,00	1 000,00		1 500,00
Total	-1 223,81	2 981,01	0,00	1 757,20

8.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c		
Fornecedores	1 026,06	665,68
Total	1 026,06	665,68

8.6 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2019
Outros Credores		
Outros Credores	10 795,56	10 974,74
Total	10 795,56	10 974,74

8.7 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	27,00	27,00
Adiantamentos a fornecedores	27,00	27,00
Outros devedores e credores	572,51	0,00
Outros	572,51	
Total	599,51	27,00

8.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Doações e heranças	11 200,97	3 265,55
Total	11 200,97	3 265,55

8.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	1 362,86	144,30
Materiais	1 445,70	255,68
Deslocações, estadas e transportes	2 336,71	1 133,62
Serviços diversos	10 262,23	10 293,80
Total	15 407,50	11 827,40

8.10 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos	0,00	63,00
Total	0,00	63,00

8.11 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	9,14	1,14
Outros Gastos e Perdas	970,65	95,00
Total	979,79	96,14

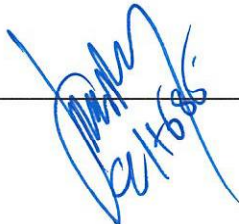
8.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção

